


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002582-65.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Marcelo Donizete de Arruda Leite**
 Requerido: **Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

MARCELO DONIZETE DE ARRUDA LEITE ajuizou ação anulatória de auto de infração de trânsito em face do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO e do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO aduzindo, em síntese, que conduzia seu automóvel quando foi abordado pelo ostensivo rodoviário e submetido a dois testes de alcoolemia cujos resultados foram positivos. Após, iniciou-se procedimento administrativo para suspensão do direito de dirigir do qual foi notificado para apresentar resposta, culminando com a imposição de penalidades. Aduz haver erro procedimental determinando a nulidade do auto de infração. Pleiteia a anulação da infração de trânsito e de todos os seus efeitos. Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/22.

Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 39/40).

Aditada a inicial (fls. 44/47). Juntou documentos (fls. 48/55).

Deferida a assistência judiciária gratuita a fl. 67.

Citados, os requeridos manifestaram-se, suscitando preliminar de ilegitimidade passiva em relação ao DETRAN. No mérito, sustenta a legalidade do procedimento administrativo. Juntaram documentos (fls. 116/134).

Houve réplica (fls. 149/151).

Instadas, as partes abstiveram-se de especificar as provas pretendidas (fls. 152 e 153).

É o relatório.

DECIDO.

De início, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva do DETRAN porque o processo administrativo impugnado teve curso pelo DER, não se falando em responsabilidade solidária das autarquias na hipótese.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil e também pelo desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

No mérito, o pedido inicial procede em parte.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O documento de fl. 13, não impugnado pela ré, comprova apresentação de defesa no prazo estipulado pelo poder público (fl. 12), de modo que a decisão administrativa não poderia ter fundamento na revelia.

De outro lado, a causa de pedir é insuficiente para a pretendida declaração de nulidade das penalidades impostas, uma vez que a inobservância de prazos pela Administração não tem o condão de, isoladamente, conferir legitimidade à alcoolemia verificada no dia dos fatos, infração gravíssima tipificada pelo artigo 165 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dessa forma, verificada a inadequação do ato, a renovação do procedimento administrativo mostra-se inevitável.

Em razão dos fundamentos adotados, não cabe, neste momento, pronunciamento acerca da adequação das penalidades definitivamente impostas, sendo esta a razão da parcial procedência.

Posto isso, **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para declarar a nulidade do procedimento administrativo e determinar que o **Departamento de Estradas e Rodagem** analise o mérito da defesa tempestivamente apresentada, suspendendo as penalidades impostas até pronunciamento final pelo Poder Público. A sucumbência é recíproca de modo que cada parte arcará com as custas que deu causa. Em apreço ao princípio da causalidade, condeno a requerida a pagar honorários advocatícios de 15% sobre o valor da causa. Julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por ilegitimidade de parte, em face do DETRAN.

Interposta apelação, intime-se para apresentar contrarrazões e subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I.C. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 02 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**